



Sonae SGPS, SA - Sociedade Aberta
Lugar do Espido Via Norte Apartado 1011
4471-909 Maia Portugal
Capital Social Euro 2 000 000 000
C.R.C. Maia (Matricula n.º 14168)
Pessoa Colectiva n.º 500 273 170

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2002

Senhores Accionistas:

Apresentamos a V. Ex.as o relatório de gestão e demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2002, salientando que estas se referem à actividade individual da sociedade mãe do Grupo, a Sonae SGPS, SA, sendo a informação sobre a actividade consolidada apresentada em relatório autónomo.

1. ACTIVIDADE

Durante o primeiro semestre as alterações com significado na carteira de participações foram:

- a aquisição em Oferta Pública de Aquisição de 37.893.510 acções representativas do capital da Modelo Continente, SGPS, SA por 74,7 milhões de euros;
- a subscrição integral ao valor nominal do aumento de capital da Sonae Capital, SGPS, SA de 100 para 150 milhões de euros, um investimento de 50 milhões de euros.

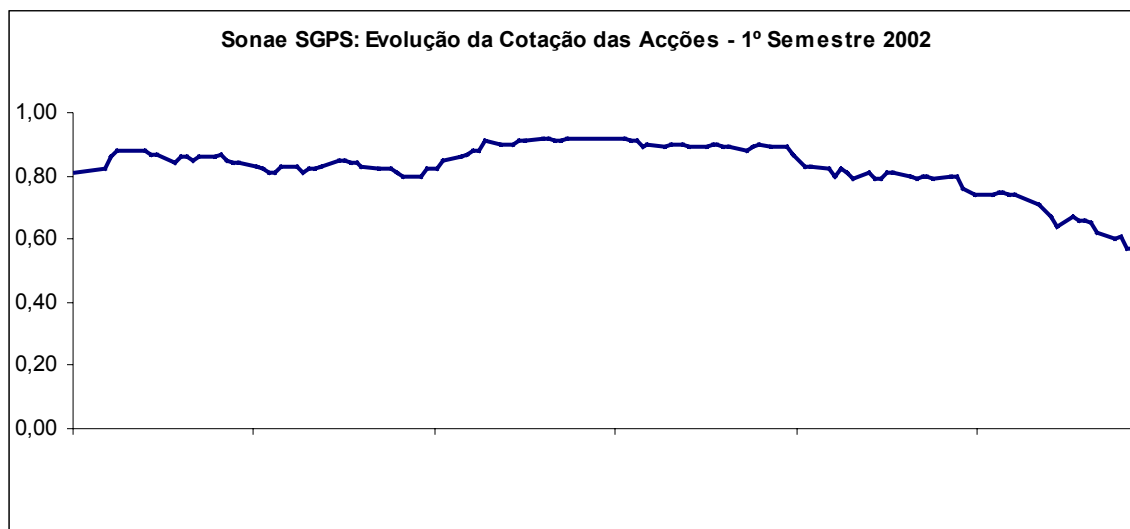
Em 6 de Maio, no âmbito da Oferta Pública de Aquisição da totalidade do capital social da filial Modelo Continente, SGPS, SA não detido por esta sociedade, para além da aquisição referida na alínea anterior, foram alienadas 199.500.000 acções dessa filial a um conjunto de instituições lideradas pelo Banco Santander Central Hispano por 369.075.000 euros. Em simultâneo foram assinados com essas instituições acordos instituindo opções de compra e de venda dessas acções. Em virtude desses acordos e em conformidade com os princípios contabilísticos essas acções foram mantidas no activo, estando o preço de venda registado no passivo.

Continuamos a apoiar financeiramente a actividade das filiais através da concessão de suprimentos, os quais no semestre aumentaram 175 milhões de euros.

2. RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

A sociedade registou no primeiro semestre de 2002 um resultado líquido positivo de 18,8 milhões de euros, que decorreu essencialmente dos juros de suprimentos recebidos das suas filiais.

3. MERCADO DE CAPITAIS



No semestre a cotação da acção Sonae baixou cerca de 30%, o que compara com uma desvalorização de cerca de 13% do índice PSI 20.

4. ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o primeiro semestre de 2002 a sociedade não efectuou aquisições ou alienações de acções próprias. Em consequência o número de acções próprias é de 121.115.754 com um custo médio por acção de cerca de 1,14 euros. A cotação das acções no fim do 1º semestre era de 0,57 euros.

A filial Modelo Continente, SGPS, SA detinha no fim do 1º semestre 50.000 acções da Sonae SGPS, SA no valor de 0,5 milhões de euros.

5. GOVERNO DA SOCIEDADE

Não ocorreram alterações significativas no semestre em relação ao governo da sociedade.

Maia, 31 de Julho de 2002

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

INFORMAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS



Dando cumprimento à alínea b) do nº 1 do artº 7º do Regulamento da CMVM nº 11/2000, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 24/2000, declaramos ter recebido a seguinte informação:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2002
Quantidade						
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						49.999.997
Imparfin, SGPS, SA (2)						112.500
Sonae, SGPS, SA						14.901
Sonae.com, SGPS, SA						60.430
Álvaro Carmona e Costa Portela						
Sonae, SGPS, SA						25.934
Sonae.com, SGPS, SA						59.800
Nuno Manuel Moniz Trígoso Jordão						
Sonae.com, SGPS, SA						59.800
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (2)						112.500
Sonae, SGPS, SA						277.486
Modelo Continente, SGPS, SA						
Venda	09.05.02			31.667	1,85	
Sonae.com, SGPS, SA						211.900
Obrigações Sonae Indústria / 98						2.013.647
Obrigações Modelo Continente / 95						598.558
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA						4.564
Sonae.com, SGPS, SA						59.800
Modelo Continente, SGPS, SA - Obrigações						
Venda	08.01.02			1.995.191	0,0099	

	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2002
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					948.101.424
Pareuro, BV (3)					20.000
(3) Pareuro, BV					
Sonae, SGPS, SA					108.820.695
(2) Imparfin, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					5.193.798



PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao artº 7º, nº 1, alínea d) do Regulamento da CMVM nº 11/2000, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 24/2000, indicamos os titulares de participações qualificadas a 30 de Junho de 2002:

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	948.101.424	50,46%
Pareuro, BV	108.820.695	5,79%
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo	14.901	0,00%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	321.012	0,02%
Nuno Miguel Teixeira de Azevedo	808.086	0,04%
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	277.486	0,01%
Total imputável	1.058.343.604	56,33%

SONAE, SGPS, SA

Balanço



euros

Activo	02.06.30			01.06.30
	Activo Bruto	Amort. e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	16.800.861	16.114.741	686.120	2.501.379
Propriedade industrial e outros direitos.....	19.486	19.486		
	16.820.347	16.134.227	686.120	2.501.379
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico.....	17.352	10.418	6.934	8.669
Equipamento de transporte.....	195.104	194.406	698	
Equipamento administrativo.....	1.551.897	1.508.446	43.451	70.318
	1.764.353	1.713.270	51.083	78.987
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo.....	3.106.780.767		3.106.780.767	2.662.362.971
Empréstimos a empresas do grupo.....	1.457.104.590		1.457.104.590	1.255.169.695
	4.563.885.357		4.563.885.357	3.917.532.666
CIRCULANTE				
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Outros devedores.....	31.263		31.263	24.265
	31.263		31.263	24.265
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Empresas do grupo.....	219.667.193		219.667.193	313.029.668
Estado e outros entes públicos.....	5.238.957		5.238.957	6.568.669
Outros devedores.....	82.205.701		82.205.701	245.959.672
	307.111.851		307.111.851	565.558.009
Títulos negociáveis:				
Obrigações em empresas do grupo.....				9.102.346
Outros títulos negociáveis.....				70.323.897
Outras aplicações de tesouraria.....				31.996.609
				111.422.852
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....				32.084
Caixa.....	2.500		2.500	4.723
	2.500		2.500	36.807
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos.....	27.212.172		27.212.172	35.545.964
Custos diferidos.....	449.316		449.316	1.467.134
	27.661.488		27.661.488	37.013.098
Total de amortizações		17.847.497		
Total de provisões				
Total do activo	4.917.277.159	17.847.497	4.899.429.662	4.634.168.063

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

Balanço



Capital Próprio e Passivo	02.06.30	01.06.30
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital.....	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções próprias - valor nominal.....	-121.115.754	-109.501.000
Acções próprias - descontos e prémios.....	-17.415.866	-22.690.929
Prémios de emissão de acções.....		
Reservas de reavaliação.....		
Reservas:		
Reservas legais.....	150.629.362	150.629.362
Outras reservas.....	1.805.156.799	1.835.088.694
	3.817.254.541	3.853.526.127
Resultado líquido	18.807.702	41.407.398
Total dos capitais próprios	3.836.062.243	3.894.933.525
PASSIVO		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	199.519.159	199.519.159
Dívidas a instituições de crédito.....	50.000.000	
Outros credores.....	372.286.172	
	621.805.331	199.519.159
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito.....	336.248.705	384.536.858
Fornecedores c/c.....	115.397	65.569
Empresas do grupo.....	63.071.903	144.160.445
Outros accionistas.....	146.776	248.321
Fornecedores de imobilizado c/c.....	432	432
Estado e outros entes públicos.....	225.756	174.760
Outros credores.....	35.345.953	3.255.071
	435.154.922	532.441.456
Acrescimos e diferimentos		
Acréscimos de custos.....	6.407.166	7.273.923
	6.407.166	7.273.923
Total do passivo	1.063.367.419	739.234.538
Total do capital próprio e do passivo	4.899.429.662	4.634.168.063

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

	02.06.30		01.06.30	
CUSTOS E PERDAS				
Fornecimentos e serviços externos		1.905.966		622.737
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	1.078.204		1.693.594	
Encargos sociais:				
Outros.....	725.054	1.803.258	178.371	1.871.965
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	712.513		1.122.442	
Provisões.....		712.513		1.122.442
Impostos.....	654.571		337.528	
Outros custos operacionais.....	31.070	685.641	26.298	363.826
(A)		5.107.378		3.980.970
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros.....			2.222.799	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....	2.448.635		3.996.415	
Outros.....	16.081.070	18.529.705	14.868.651	21.087.865
(C)		23.637.083		25.068.835
Custos e perdas extraordinárias				
(E)		23.637.083		25.068.835
Imposto sobre o rendimento.....				
(G)		23.637.083		25.068.835
Resultado líquido.....		18.807.702		41.407.398
		42.444.785		66.476.233
Proveitos e ganhos				
Prestação de serviços				
Proveitos suplementares	21.785		2.682	
Outros proveitos e ganhos operacionais		21.785		2.682
(B)		21.785		2.682
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas do grupo.....			30.872.394	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas do grupo.....	2.538.214		8.382.907	
Outros.....				
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....	32.166.654		26.816.589	
Outros.....	4.133.139	38.838.007	94.132	66.166.022
(D)		38.859.792		66.168.704
Proveitos e ganhos extraordinários		3.584.993		307.529
(F)		42.444.785		66.476.233
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		-5.085.593		-3.978.288
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		20.308.302		45.078.157
Resultados correntes: (D) - (C) =		15.222.709		41.099.869
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		18.807.702		41.407.398
Resultado líquido: (F) - (G) =		18.807.702		41.407.398

SONAE, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)



NOTA INTRODUTÓRIA

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto pela Directriz Contabilística nº 9/92, por se considerar que, apresentando esta sociedade demonstrações financeiras consolidadas, a aplicação do referido método nas contas individuais continuaria a não traduzir uma imagem apropriada da composição do património e actividades desenvolvidas pelo conjunto da Sociedade com as suas filiais. Adicionalmente, a aplicação deste método, quando a Sociedade apresenta demonstrações financeiras consolidadas não é obrigatório no normativo internacional.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, considerando as reavaliações do imobilizado corpóreo, e aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

a) Activo imobilizado corpóreo

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais referidas na nota 12, acrescidos das despesas imputáveis à compra.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo.

b) Activo imobilizado incorpóreo

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas permanentes de valor estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros.

Na determinação do custo de aquisição das participações financeiras alienadas é utilizado o critério de relevação por lotes.

d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são registados ao mais baixo do custo de aquisição, incluindo os gastos adicionais de compra mas excluindo eventuais parcelas de rendimentos correspondentes ao tempo decorrido, ou do valor de mercado.

e) Dívidas de e a Terceiros

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação.

À data do balanço as dívidas resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data. As respectivas diferenças de câmbio são reconhecidas como resultados do exercício.

f) Reconhecimento de Custos e Proveitos

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

g) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas estimadas.

h) Imposto sobre o Rendimento

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

6. IMPOSTOS

Estão em aberto obrigações fiscais de reinvestimento decorrentes da alienação de participações financeiras ocorridas em exercícios anteriores. Conforme tem sido política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração cumprir estas obrigações de reinvestimento através da aquisição de outras participações, nos termos da legislação fiscal em vigor, facto pelo qual, os ganhos gerados em exercício anteriores (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) não foram incluídos no cálculo da estimativa de imposto sobre lucros de 2000, 2001 e 2002.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA SOCIEDADE

Durante o 1º de semestre de 2002, o número médio de pessoas ao serviço da Sociedade foi o seguinte:

	02.06.30
Empregados	34

8, DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Sociedade procedeu ao abate de emolumentos pagos em exercícios anteriores, registados na rubrica "Despesas de instalação" no montante de 2.202.199 Euros relativos a operações de aumento de capital e alterações a contratos de sociedade, e que foram reclamados judicialmente tendo sido recebidos do Estado Português durante o primeiro semestre como consequência de decisão judicial favorável (Notas 10 e 46).

10. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o período, nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto						euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	19.003.060				-2.202.199	16.800.861
Propriedade industrial e outros direitos	19.486					19.486
	19.022.546				-2.202.199	16.820.347
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	17.352					17.352
Equipamento de transporte	194.407		697			195.104
Equipamento administrativo	1.550.697		1.200			1.551.897
	1.762.456		1.897			1.764.353
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	2.967.498.878		139.281.889			3.106.780.767
Empréstimos a empresas do grupo	1.282.102.095		370.844.558	195.842.063		1.457.104.590
	4.249.600.973		510.126.447	195.842.063		4.563.885.357

Amortizações e Provisões						euros
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	17.606.290		698.174		-2.189.723	16.114.741
Propriedade industrial e outros direitos	19.486					19.486
	17.625.776		698.174		-2.189.723	16.134.227
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	9.550		868			10.418
Equipamento de transporte	194.406					194.406
Equipamento administrativo	1.494.975		13.471			1.508.446
	1.698.931		14.339			1.713.270

12. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Sociedade procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

13. REAVALIAÇÕES

As reavaliações descritas na nota anterior já não produzem diferença entre o custo histórico e o valor reavaliado líquido.

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2002, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas do grupo e associadas:

Firma	Sede	% de Participação	euros	
			Capitais Próprios em 30 de Junho de 2002	Resultados
Integrum - Serviços Partilhados, SA	Maia	85,00	-1.173.452	-1.468.464
Interlog, SGPS, SA	Lisboa	1,02	17.794.675	344.123
Modelo Continente, SGPS, SA	Matosinhos	a) 74,97	2.376.974.286	8.664.962
Sonae Capital, SGPS, SA	Maia	100,00	142.956.050	-2.588.213
Sonae Indústria, SGPS, SA	Maia	94,62	696.624.541	5.222.515
Sonae Investimentos América Latina, Lda	S. Paulo	99,99	16.139	1.188
Sonae Investments, BV	Holanda	100,00	-213.746.935	-14.480.164
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SA	Maia	50,01	243.872.083	-1.530
Sonae Turismo, SGPS, SA	Maia	98,05	200.677.676	3.068.112
Sonae.com, SGPS, SA	Maia	13,64	455.412.082	-3.121.072
Sonaegest Soc. Gest.Fundos Imobiliários, SA	Maia	20,00	1.475.601	52.272

a) Inclui a participação de 19,95% vendida ao Grupo Santander, relativamente à qual existe opção de compra conforme explicitado na Nota 31 deste Anexo.

Por estipulação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, informa-se que se encontra em curso litígio judicial em que se discute a validade das aquisições efectuadas através da escritura lavrada ao abrigo do artigo 490º do Código das Sociedades Comerciais, produzindo tal litígio apenas efeitos em relação à titularidade de 7.467 acções representativas do capital social da Interlog - SGPS, S.A..

A empresa consolida as suas contas na Efanor Investimentos, SGPS, SA com sede no Porto, apresentando ela própria contas consolidadas.

27. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS SIMILARES EMITIDOS PELA SOCIEDADE

OBRIGAÇÕES SONAE / 97

14.963.936.912 obrigações - Valor nominal: 0,01 euros, resultantes da redenominação de 3.000.000 obrigações com o valor nominal de Esc. 10.000\$00

Modalidade: Obrigações clássicas

Subscrição: Particular em 24 de Outubro de 1997

Representação: Títulos desmaterializados

Realização: Pagamento integral, ao valor nominal, no acto de subscrição

Prazo do Empréstimo: 10 anos, salvo se ocorrer reembolso antecipado

Taxa de Juro Nominal:

1º ao 14º cupão - correspondente à Lisbor, divulgada nas páginas da Reuters, para prazos de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao 1º dia de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,17%;

15º ao 20º cupão - correspondente à Lisbor, divulgada nas páginas da Reuters, para prazos de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao 1º dia de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,22%;

Pagamento de juros: semestral e postecipadamente em 24 de Abril e 24 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Far-se-á ao par, em duas prestações iguais, por redução do valor nominal, na data de vencimento dos 18º (24 de Outubro de 2005) e 20º (24 de Outubro de 2006) cupões. O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da emitente, total ou parcialmente, neste último caso por redução ao valor nominal na data de vencimento do 6º, 10º, 14º e 16º cupões mediante o pagamento de prémios de reembolso de 0,02%, 0,01%, 0,0% e 0,0075%, respectivamente, calculados sobre o montante antecipadamente reembolsado. O empréstimo poderá ainda ser reembolsado antecipadamente por iniciativa dos obrigacionistas, total ou parcialmente ao valor nominal na data de vencimento do 14º cupão (24 de Outubro de 2003). Na primeira situação a emitente deverá publicar aviso no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa com antecedência mínima de trinta dias. Na segunda situação deverão os obrigacionistas comunicar a sua intenção à emitente, por escrito, também com uma antecedência de trinta dias.

Regime Fiscal: retenção na fonte de IRS/IRC à taxa de 20%, liberatória para pessoas singulares, salvo se optarem por englobamento de rendimentos, e isenção de imposto de sucessões e doações.

Admissão à cotação no 2º Mercado, em 11 de Maio de 1998.

OBRIGAÇÕES DENOMINADAS “INPARSA / 98”

4.987.979.009 obrigações - Valor nominal 0,01 euros, resultantes da redenominação de 10.000.000 obrigações com o valor nominal 1.000\$00

Modalidade: Obrigações com direitos de subscrição de acções e taxa de juro variável.

Subscrição: Indirecta, com a obrigação de ser realizada uma oferta pública reservada a accionistas a que correspondeu um direito de subscrição de 0,34188034 obrigações por acção.

Representação: Títulos desmaterializados.

Realização: Pagamento integral, ao valor nominal, no acto de subscrição.

Prazo do empréstimo: 5 anos

Direitos de subscrição de acções: Um direito de subscrição (warrant A) de 2 acções da Inparsa, ao preço de 1.500\$00 por acção, a exercer no final do 2º ano; um direito de subscrição (warrant B) de 2 acções Inparsa, ao preço de 1.500\$00 por acção, a exercer no final do 3º ano. Em 1999 e nos termos da deliberação de emissão a Sociedade antecipou o exercício dos warrants A e B.

Taxa de juro nominal: A taxa de juro é variável, indexada à taxa Lisbor a 6 meses verificada no segundo dia útil anterior ao início do período de contagem de juros, com um “spread” negativo de 5 pontos percentuais até ao 6º cupão inclusive e positivo de 0.35 pontos percentuais a partir do 7º cupão inclusive. A taxa de juro não pode ser, no entanto, inferior a 0%. Como a empresa optou pela redenominação do empréstimo para Euros, a respectiva taxa indexante é a taxa Euribor, tal como definido nas condições do empréstimo obrigacionista.

Pagamento de juros: Semestral e postecipadamente em 11 de Janeiro e 11 de Julho de cada ano.

Reembolso: O empréstimo será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, em 11 de Janeiro de 2004.

Regime fiscal: retenção na fonte de IRS/IRC à taxa de 20%, liberatória para pessoas singulares salvo se optarem por englobamento de rendimentos, e isenção de imposto de sucessões e doações.

No dia 1 de Fevereiro de 1998 o Empréstimo Obrigacionista foi admitido à cotação.

29, DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

O valor registado na rubrica Empréstimos bancários de médio e longo prazo corresponde a um financiamento junto de uma instituição bancária para o qual são solidariamente responsáveis a Sociedade e a sua participada Sonae Indústria, SGPS, SA, que vence juros à taxa de mercado e que será reembolsado em prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Dezembro de 2003 e a última em 15 de Junho de 2011.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 30 de Junho de 2002, eram os seguintes os valores de compromissos financeiros não reflectidos no balanço:

	euros
Rendas de ALD vincendas	161.027

Opção de Compra de Acções

Em 9 de Maio de 2002 a sociedade procedeu à alienação, ao preço da Oferta Pública de Aquisição (€ 1,85 por acção), de 19,95% das acções representativas do capital social da sua filial Modelo Continente SGPS, SA ao Banco Santander Central Hispano e outras entidades por ele detidas (Grupo Santander), dando assim cumprimento a um conjunto de contratos assinados com o Grupo Santander em 8 de Fevereiro de 2002 no âmbito do lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição de acções dessa filial.

Essa alienação foi efectuada em simultâneo com a assinatura de um contrato que concede à sociedade a opção de compra dessas acções (a exercer no prazo de 4 anos) e ao Grupo Santander uma opção de venda das mesmas acções (a exercer após decorridos 3 anos e até ao final do 4ºano). Os preços do exercício das opções de compra e de venda definidos nesses contratos estão indexados ao preço de aquisição inicial e a variáveis financeiras.

Neste contexto, a aplicação das normas de contabilidade determina que, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador (Grupo Santander) todos os direitos e deveres inerentes a essas acções, a detenção das mesmas seja mantida no Activo da sociedade (€ 810.130.833), por força da opção de compra subscrita que determina a manutenção do controlo das acções. Em simultâneo encontra-se relevada no passivo a contrapartida a ser paga a essa entidade se vier a ser exercida a opção de compra contratada.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2002, a Sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Garantias:

	euros
1ª Repartição de Finanças da Maia	4.243.086
Tribunal Administrativo do Porto	280.708
3ª Juízo Cível do Porto	74.491
Banco Europeu de Investimento	50.000.000

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 23.692.900 euros concedido à Imoarea - Sociedade Imobiliária, S.A.

Fiança a favor da Caixa Geral de Depósitos relativa a financiamento no montante de 14.963.937 euros concedido à Imoarea - Sociedade Imobiliária, S.A.

Caução consubstanciada em 1.938.475 acções representativas do capital social da Sonae SGPS, S.A., prestada em processo fiscal junto do 6º Bairro Fiscal do Porto.

A Sociedade é solidariamente responsável por financiamentos da sua participada Sonae Investments, BV no montante de 99.000.000 Euros.

Penhor sobre 30,53% de acções Modelo Continente SGPS, SA dados ao Grupo Santander em cumprimento das disposições contratuais da transacção descrita na Nota 31.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2002 o capital social está representado por 2.000.000.000 de acções ordinárias ao portador escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

37. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL SUPERIOR OU IGUAL A 20%, POR PESSOAS COLECTIVAS

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2002:

Sociedade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	50,46

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios durante o 1º semestre 2002 foram como segue:

Rubricas	euros		
	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
Capital	2.000.000.000		2.000.000.000
Acções Próprias:			
Valor nominal	-121.115.754		-121.115.754
Desconto e prémios	-17.415.866		-17.415.866
Reservas			
- Reservas legais	150.629.362		150.629.362
- Outras reservas			
- Livres	1.696.032.739	29.931.895	1.666.100.844
- Reserva nos termos do artº 324 CSC	139.055.955		139.055.955
	3.847.186.436	29.931.895	3.817.254.541

Aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2001, conforme deliberação da Assembleia Geral anual:

	euros
Reservas livres	-29.931.895
	<u>-29.931.895</u>

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	euros
Conselho de Administração	<u>336.227</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

	02.06.30	01.06.30
Custos e perdas		
Juros suportados	18.149.823	14.330.891
Provisões para aplicações financeiras		2.222.799
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		4.190.141
Outros custos e perdas financeiras	379.882	344.034
Resultados financeiros	<u>20.308.302</u>	<u>45.078.157</u>
	<u>38.838.007</u>	<u>66.166.022</u>
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	34.721.665	35.293.628
Rendimentos de participações de capital		30.872.394
Diferenças de câmbio favoráveis		1
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	<u>4.116.342</u>	
	<u>38.838.007</u>	<u>66.166.022</u>

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	02.06.30	01.06.30
Custos e perdas		
Donativos		
Perdas em imobilizações		
Multas e penalidades		
Outros custos e perdas extraordinárias		
Resultados extraordinários	<u>3.584.993</u>	<u>307.529</u>
	<u>3.584.993</u>	<u>307.529</u>
Proveitos e ganhos		
Ganhos em imobilizações		
Reduções de amortizações e provisões		
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>3.584.993</u>	<u>307.529</u>
	<u>3.584.993</u>	<u>307.529</u>

47. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Decreto-Lei n.º 318/94 artº 5º nº 4

Durante o 1º semestre de 2002 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Indústria, SGPS, SA

Sonae Investments BV
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SA

Durante o 1º semestre de 2002 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Clixgest - Internet e Conteúdos, SA
Contacto - SGPS, SA
Empreendimentos Imobiliários Contacto II, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Prosa - Programação Informática, SA
Sonae Turismo, SGPS, SA
We Do Consulting, SA

As respectivas posições credoras em 30 de Junho de 2002 são as seguintes:

Empréstimos Concedidos

euros	
Empresas	Saldo final
Contacto - SGPS, SA	5.967.000
Integrum - Serviços Partilhados, SA	1.967.183
Modelo Continente, SGPS, SA	109.850.000
Somit Soc. Madeiras Ind. Transformadas, SA	1.926.000
Sonae Capital, SGPS, SA	225.972.255
Sonae Indústria, SGPS, SA	241.210.818
Sonae Investments BV	927.743.183
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SA	84.335.882
Sonae Turismo, SGPS, SA	62.508.458
Spinveste, SGPS, SA	424.400
	<u>1.661.905.179</u>

As respectivas posições devedoras em 30 de Junho de 2002 são as seguintes:

Empréstimos Obtidos

euros	
Empresas	Saldo Final
Interlog, SGPS, SA	11.681.000
Prosa - Programação Informática, SA	4.452.000
Sonae Turismo, SGPS, SA	12.176.278
Sonaudit - Gestão e Consultoria Financeira, SA	308.674
Empreendimentos Imobiliários Contacto II, SA	295.000
Sonaecom, SGPS, SA	<u>23.985.000</u>
	<u>52.897.952</u>

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Suprimentos não remunerados

Durante o 1º semestre de 2002 foram concedidos, a título de suprimentos não remunerados (incluídos nos empréstimos concedidos mencionados na Nota 47.), os seguintes valores:

Empresa	euros
Sonae Capital, SGPS, SA	1.860.060
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA	<u>2.000.000</u>

sendo os seus valores à data de 30 de Junho de 2002 os seguintes:

Empresa	euros
Integrum, Serviços Partilhados, SA	339.183
Sonae Capital, SGPS, SA	34.971.355
Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, SA	21.547.788
Sonae Turismo, SGPS, SA	25.716.158

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

(Montantes expressos em Euros - €)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da Sonae, S.G.P.S., S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de € 4.899.429.662 e um total de capital próprio de € 3.836.062.243, incluindo um resultado líquido € 18.807.702) e na Demonstração dos resultados do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Reserva

8. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002. Embora na Nota 16 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.

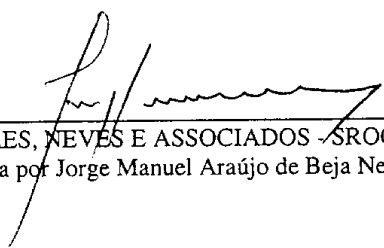
Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

10. Conforme referido na Nota 6 do Anexo, a Empresa registou em exercícios anteriores ganhos relativos a alienações de participações financeiras (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) essencialmente a outras empresas do Grupo. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 31 de Julho de 2002



MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

**RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
RELATIVAS AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2002**

**Ao Conselho de Administração e Accionistas da
Sonae, S.G.P.S., S.A.**

1. Efectuámos uma revisão das demonstrações financeiras semestrais da Sonae, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2002, a demonstração dos resultados por naturezas para o período de seis meses findo naquela data e o correspondente anexo. A preparação destas demonstrações financeiras semestrais é da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.
2. A nossa revisão das demonstrações financeiras semestrais acima referidas consistiu, essencialmente, em inquéritos e entrevistas aos directores e outros responsáveis da Empresa e na aplicação de procedimentos analíticos sobre a informação financeira e contabilística. Esta revisão teve um âmbito substancialmente menor do que o de uma auditoria efectuada de acordo com os princípios de auditoria geralmente aceites, a qual tem como objectivo a expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas como um todo. Consequentemente, não expressamos essa opinião.
3. Conforme referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, as participações financeiras em empresas do grupo e associadas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e não pelo método da equivalência patrimonial conforme requerido pela Directriz Contabilística nº 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002. Embora na Nota 16 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados seja apresentada informação financeira das empresas do grupo e associadas, à data deste relatório, não foi quantificado o efeito nas demonstrações financeiras anexas que resultaria caso tivesse sido utilizado o método da equivalência patrimonial para registar os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas.
4. Baseados na nossa revisão, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, não tomámos conhecimento de quaisquer outras situações que afectem de forma significativa a conformidade das demonstrações financeiras semestrais referidas no parágrafo 1 acima, com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
5. Conforme referido na Nota 6 do Anexo, a Empresa registou em exercícios anteriores ganhos relativos a alienações de participações financeiras (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) essencialmente a outras empresas do Grupo. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 31 de Julho de 2002

